



PROCESSO Nº CSJT-2171226-05.2009.5.00.0000

A C Ó R D ã O

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
CSRLP/cet/msg

CONSULTA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO DOS MAGISTRADOS - CRITÉRIO DE CÁLCULO. Consulta formulada por Presidente de Tribunal Regional do Trabalho, sem demonstração de "dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares" concernentes a matéria de competência deste Conselho, não atende às formalidades previstas no artigo 71 do Regimento Interno do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Saliente-se, ademais, que a matéria não se reveste da relevância exigida pelo dispositivo regimental acima referido. Consulta não conhecida.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Conselho Superior da Justiça do Trabalho nº **TST-CSJT-2171226-05.2009.5.00.0000**, em que é Interessado **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**.

Trata-se de consulta formulada pelo Desembargador Federal Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região acerca do critério de cálculo do adicional por tempo de serviço dos magistrados, tendo em vista a mensagem SIAF nº 2008/0965169, de 26/08/2009, bem como o decidido pelo Conselho Nacional de Justiça no Pedido de Providências nº 1069.



Mediante o ofício SPJ nº 583, de 18/09/2009, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, a questão foi submetida à apreciação da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Finanças deste Conselho, que declinou a sua competência e a encaminhou ao Secretário Executivo, que, por sua vez, determinou a autuação da referida consulta como processo do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

É o relatório.

V O T O

Trata-se de consulta formulada pelo Desembargador Federal Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região acerca do critério de cálculo do adicional por tempo de serviço dos magistrados, tendo em vista a mensagem SIAF nº 2008/0965169, de 26/08/2009, bem como o decidido pelo Conselho Nacional de Justiça no Pedido de Providências nº 1069.

Mediante o ofício SPJ nº 583, de 18/09/2009, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, a questão foi submetida à apreciação da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Finanças deste Conselho, que declinou a sua competência e encaminhou a matéria ao Secretário Executivo, que, por sua vez, determinou a autuação da referida consulta como processo do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Inicialmente, vale esclarecer que não mais se discute o direito dos magistrados ao adicional por tempo de serviço - ATS -, no período de janeiro de 2005 a maio de 2006, em face do disposto nos artigos 4º, inciso III, alínea "a", e 12, *caput*, da Resolução nº 13, de 21/03/2006, do Conselho Nacional de Justiça, do seguinte teor:

“Art. 4º Estão compreendidas no subsídio dos magistrados e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

(...)

III - adicionais:

a) no Poder Judiciário da União, o Adicional por Tempo de Serviço previsto na Lei Complementar nº 35/79 (LOMAN),



PROCESSO Nº CSJT-2171226-05.2009.5.00.0000

art. 65, inciso VIII;

(...)

Art. 12. Os Tribunais ajustar-se-ão, a partir do mês de junho de 2006, inclusive, aos termos desta Resolução.”

Saliente-se que as Resoluções editadas pelo Conselho Nacional de Justiça possuem força vinculante, na forma preconizada pelo artigo 102, § 5º, do Regimento Interno daquele Conselho.

Pois bem. Pacificado o direito dos magistrados ao adicional por tempo de serviço - ATS - no período de janeiro de 2005 a maio de 2006, o Conselho Nacional de Justiça, no julgamento do Pedido de Providências nº 1069, acima referido, decidiu:

“I - incluir a presente proposta em pauta, nos termos do parágrafo único do artigo 23 do Regimento Interno;

II – por maioria, acolher a proposta do Conselheiro Felipe Locke para que seja efetivado o seguinte critério de cálculo para o ATS nos Tribunais: Calcula-se o valor mensal devido a título de ATS, segundo o percentual adquirido pelo magistrado no regime de vencimentos, no período de janeiro de 2005 a maio de 2006 com repercussão nas férias e na gratificação natalina. Limita-se o valor ao teto remuneratório da época, aplicando-se a correção monetária pelo INPC e também juros moratórios de meio por cento ao mês.”

Incluído o feito, novamente, em pauta, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça, em sessão realizada em 09/06/2009, decidiu “fixar o critério de pagamento do ATS (Adicional por Tempo de Serviço) de acordo com o julgamento do Processo Administrativo nº 333.568/08 do Supremo Tribunal Federal”, do seguinte teor:

“Trata-se de processo administrativo iniciado com a informação de fls. 3 a 7, do Senhor Diretor-Geral, dando conta de decisão que reconheceu o direito ao pagamento do Adicional por Tempo de Serviço - ATS até o mês de maio de 2006.

Com a edição da Lei nº 11.143/2005 a remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal ficou expressamente submetida ao regime de subsídios, regulado este, no que diz com a situação dos servidores públicos em geral, pelo art. 37, XI, e, quanto aos magistrados, pelo art. 93, V, ambos da Constituição Federal.



Em que pese a menção do inciso XI do art. 37 da Constituição à abrangência, pelo subsídio, das 'vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza', não se fez alusão aos adicionais por tempo de serviço, o que acabou gerando, no âmbito dos tribunais federais, dúvidas quanto ao alcance da Lei nº 11.143/2005, ensejando-se a situação de desigualdade referida na informação.

Entendo que tal situação foi corretamente solucionada na forma indicada na informação de fls. 3 a 7, ficando o adicional extinto pelo subsídio com efeitos a partir de junho de 2006.

Assim, no que se refere aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, há situação transitória e pendente a ser resolvida, isto é, a situação dos adicionais por tempo de serviço devidos até maio de 2006.

A Direção-Geral já providenciou o cálculo do montante da despesa com o pagamento dos ATS devidos aos Ministros ativos, inativos e aos pensionistas (fl. 7) e, ao que parece, há recursos disponíveis para efetivá-los já a partir da próxima folha de pagamentos.

Em conclusão, pertinente o pagamento aos Ministros do Supremo Tribunal Federal em exercido e aposentados, bem como aos pensionistas, das verbas referentes ao adicional por tempo de serviço que seriam devidas desde que cessado o seu pagamento por conta da edição da Lei nº 11.143/2005 e até maio de 2006, devidamente corrigidas acrescidas de juros de mora à taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês." (STF, Processo Administrativo nº 333.568/08, relator Ministro Menezes Direito)

Por sua vez, o Supremo Tribunal Federal, em sessão administrativa realizada em 27/11/2008, autorizou, por maioria, com base no Processo Administrativo nº 333.568/2008, o pagamento do adicional por tempo de serviço - ATS -, "nos termos do voto do relator, Ministro Menezes Direito".

Destarte, o cálculo das parcelas relativas ao adicional por tempo de serviço - ATS -, no período de janeiro de 2005 a maio de 2006, deve observar o valor mensal devido a título de ATS, segundo o percentual adquirido pelo magistrado no regime de vencimentos, no período de janeiro de 2005 a maio de 2006 com repercussão nas férias e na gratificação natalina. Limita-se o valor ao teto remuneratório da época, aplicando-se a correção monetária pelo INPC e também juros moratórios de meio por cento ao mês.

Delineado este quadro, vale destacar que a presente consulta, considerando a mensagem SIAF nº



PROCESSO Nº CSJT-2171226-05.2009.5.00.0000

2008/0965169, de 26/08/2009, bem como o decidido pelo Conselho Nacional de Justiça no Pedido de Providências nº 1069, foi formulada nos seguintes termos:

“(…) temos Magistrados nas seguintes situações:

a) Ingressou no período de Janeiro/2005 a Maio/2006 e tem ATS;

b) Completou quinquênio no período de Janeiro/2005 a Maio/2006;

c) Promovidos no período de Janeiro/2005 a Maio/2006.

Diante do exposto, CONSULTO V.Sa., qual procedimento a ser adotado nas situações acima.”

Ocorre que consulta formulada por Presidente de Tribunal Regional do Trabalho, sem demonstração de “dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares” concernentes a matéria de competência deste Conselho, não atende às formalidades previstas no artigo 71 do Regimento Interno do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Saliente-se que é necessário que os Tribunais Regionais do Trabalho deliberem no âmbito administrativo a respeito da matéria. Pairando dúvida, ainda assim, sobre a questão, poderá, nessa hipótese, ser submetida à apreciação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Ademais, a matéria não se reveste da relevância exigida pelo dispositivo regimental acima referido.

Tanto é que não há notícia de que tenha havido qualquer deliberação pela Corte Regional acerca da matéria.

Do exposto, **não conheço** da consulta formulada pelo Exmo. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em virtude de o Tribunal ainda não haver tomado decisão a respeito da matéria.

ISTO POSTO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

ACORDAM os Membros do Conselho Superior da Justiça do Trabalho do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, **não conhecer** da consulta formulada pelo Exmo. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em virtude de o Tribunal ainda não haver tomado decisão a respeito da matéria.

Brasília, 27 de maio de 2011.

Firmado por Assinatura Eletrônica (Lei nº 11.419/2006)

RENATO DE LACERDA PAIVA
Conselheiro Relator



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Certidão de Publicação de Acórdão

ACÓRDÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO
TRABALHO

Processo nº CSJT - 2171226-05.2009.5.00.0000

Certifico que o inteiro teor do acórdão, prolatado no processo de referência, foi divulgado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 09/06/2011, **sendo considerado publicado em 10/06/2011**, nos termos da Lei nº 11.419/2006.

Certifico, ainda, que o verso das folhas do acórdão juntado está em branco.
Brasília, 10 de Junho de 2011.

Firmado por Assinatura Eletrônica
ANDRE FERNANDES PELEGRINI
Técnico Judiciário